



MIRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL

PROJETO DE LEI Nº. 040/2024

EMENTA: “ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE MIRADOR – ESTADO DO PARANÁ PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Art. 1º. – O Orçamento Programa do Município de Mirador, Estado do Paraná, para o Exercício Financeiro de **2025**, discriminados pelos anexos integrantes da presente Lei, estima a **RECEITA** e fixa a **DESPESA**, em **R\$: 28.882.700,00** (vinte e oito milhões, oitocentos e oitenta e dois mil e setecentos reais).

Art. 2º. - A receita orçamentária, para o exercício de **2025**, será realizada mediante arrecadação de tributos e outras fontes de receitas, corrente e de capital, na forma da legislação em vigor, com os seguintes desdobramentos sintéticos:

I – RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA

RECEITAS CORRENTES	28.789.530,00
- Receita Tributária	1.076.512,80
(-) Deduções (Renúncia e Descontos) de Impostos e Taxas	90.641,10
- Receita de Contribuição	399.300,00
- Receita Patrimonial	45.919,50
- Receita de Serviço	53.506,20
- Transferências Correntes	32.636.386,20
(-) Deduções para Formação do FUNDEB	5.342.634,00
- Outras Receitas Correntes	11.180,40
RECEITAS DE CAPITAL	93.170,00
- Operações de Créditos	0,00
- Alienação de Bens	26.620,00
- Transferência de Capital	66.550,00
TOTAL DA RECEITA	28.882.700,00

Art. 3º. - As despesas orçamentárias para o exercício financeiro de **2025** serão executadas em conformidade com as **Leis Municipais nº. 0686/2024 - Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, de 05 de dezembro de 2024** e a **Lei Municipal nº. 0535/2021 - Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2022 a 2025, de 09 de setembro de 2021** e demais legislações em vigor, com os seguintes desdobramentos sintéticos:

II – DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA



MIRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL

DESPESAS CORRENTES	27.487.842,49
- Pessoal e Encargos Sociais	14.892.597,16
- Juros e Encargos da Dívida	50.000,00
- Outras Despesas Correntes	12.545.245,33
DESPESAS DE CAPITAL	1.250.444,01
- Investimentos	1.044.344,01
- Amortização da Dívida	206.100,00
Reserva de Contingência	144.413,50
TOTAL DA DESPESA	28.882.700,00

III – DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

01. Legislativa	1.849.907,29
04. Administração	5.177.590,00
08. Assistência Social	1.983.190,00
10. Saúde	7.200.710,00
12. Educação	6.867.960,00
13. Cultura	199.650,00
15. Urbanismo	1.672.584,21
16. Habitação	39.930,00
17. Saneamento	46.585,00
18. Gestão Ambiental	159.720,00
20. Agricultura	519.090,00
22. Indústria	39.930,00
23. Comércio e Serviços	79.860,00
25. Energia	532.400,00
26. Transportes	1.730.300,00
27. Desporto e Lazer	199.650,00
28. Encargos Especiais	439.230,00
99. Reserva de Contingência	144.413,50
TOTAL	28.882.700,00

IV – DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

01.001	Câmara Municipal	1.664.684,07
01.002	Controladoria	185.223,22
02.001	Gabinete do Prefeito	931.700,00
02.002	Assessoria Jurídica	226.270,00
02.003	Controle Interno	199.650,00
03.001	Secretaria Municipal de Administração	266.200,00
03.002	Divisão de Administração	931.700,00



MIRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL

03.003	Divisão de Planejamento Urbano, Engenharia e Fiscalização	266.200,00
03.004	Divisão de Recursos Humanos	199.650,00
03.005	Divisão de Licitação	199.650,00
03.006	Divisão de Compras, Contratos e Almoxarifado	133.100,00
03.007	Fundo Municipal de Cultura	199.650,00
03.008	Fundo Municipal de Esporte de Mirador	199.650,00
04.001	Secretária Municipal de Fazenda	239.580,00
04.002	Divisão de Tesouraria	1.062.803,50
04.003	Divisão de Contabilidade, Orçamento e Patrimônio	598.950,00
04.004	Divisão de Tributos e Fiscalização	239.580,00
05.001	Secretária Municipal de Assistência Social	532.400,00
05.002	Fundo Municipal de Assistência Social	998.250,00
05.003	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente	399.300,00
05.004	Fundo Municipal dos Direitos do Idoso	53.240,00
06.001	Secretária Municipal de Educação	332.750,00
06.002	Divisão de Ensino Fundamental	2.861.650,00
06.003	Divisão de Educação Infantil	1.730.300,00
06.004	Divisão de Educação Especial	186.340,00
06.005	Divisão de Transporte Escolar	1.224.520,00
06.006	Divisão de Merenda Escolar	532.400,00
07.001	Secretária Municipal da Saúde	212.960,00
07.002	Fundo Municipal de Saúde	6.987.750,00
07.003	Divisão de Saneamento Básico	46.585,00
08.001	Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico	266.200,00
08.002	Divisão de Turismo	39.930,00
08.003	Divisão de Indústria	39.930,00
08.004	Divisão de Comércio	39.930,00
08.005	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	39.930,00
09.001	Secretária Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos	465.850,00
09.002	Divisão de Obras	501.304,21
09.003	Divisão de Limpeza Pública e Serviços Urbanos	1.237.830,00
09.004	Divisão de Transporte Rodoviário	1.730.300,00
10.001	Secretária Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente	199.650,00
10.002	Divisão de Agricultura	159.720,00
10.003	Divisão de Pecuária	159.720,00
10.004	Fundo Municipal de Meio Ambiente	159.720,00



MIRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL

TOTAL GERAL	28.882.700,00
--------------------	----------------------

V – DESPESA POR ÓRGÃO

01	Poder Legislativo	1.849.907,29
02	Poder Executivo	1.357.620,00
03	Secretária Municipal de Administração	2.395.800,00
04	Secretária Municipal de Fazenda	2.140.913,50
05	Secretária Municipal de Assistência Social	1.983.190,00
06	Secretária Municipal de Educação	6.867.960,00
07	Secretária Municipal de Saúde	7.247.295,00
08	Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico	425.920,00
09	Secretária Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos	3.935.284,21
10	Secretária Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente	678.810,00
TOTAL GERAL		28.882.700,00

Art. 4º. - De acordo com o art. 165, parágrafo 8º, da Constituição Federal, e nos termos dos artigos 7º, 43 e 66, parágrafo único, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 e no art. 30 da Lei Municipal nº. 0686/2024 – Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de **2025**, de 05 de dezembro de 2024 e a Lei Municipal nº. 0535/2021 - Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2022 a 2025, de 09 de setembro de 2021, fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II – Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III – Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total do orçamento de cada entidade, nos termos da Lei Municipal nº. 0686/2024 – Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de 2025, de 05 de dezembro de 2024 e a Lei Municipal nº. 0535/2021, de 09 de setembro de 2021;

IV – Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos;

Parágrafo Único – Para atender aos créditos suplementares de que trata o inciso III do presente artigo, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar:

I – Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – os provenientes de excesso de arrecadação;



MIRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei;

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

V – Reserva de Contingência.

Art. 5º. - Fica o Poder Legislativo autorizado, nos termos da Lei Municipal nº. 0686/2024, de 05 de dezembro de 2024 e a Lei Municipal nº. 0535/2021, de 09 de setembro de 2021, a abrir créditos adicionais suplementares, mediante Ato da Mesa, nas suas dotações próprias, por meio de Resoluções, desde que a fonte de recursos a ser indicada seja exclusivamente a contida no inciso III, § 1º, do art. 43º da Lei Federal nº. 4.320/64.

Parágrafo Único – Os valores dos créditos de que trata o caput deste artigo serão computados no limite indicado no inciso III do artigo 4º desta Lei.

Art. 6º. - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº. 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Resolução ou Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 7º. - O Poder Executivo e Legislativo Municipal adotará parâmetros para a Execução Orçamentária, a fim de compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir metas de resultados primários, que será apresentado através de Audiências Públicas Quadrimestrais à Comunidade, sendo estabelecido o horário para apresentação das Audiências Públicas no período noturno, para que toda população e vereadores possam participar das audiências Públicas.

Art. 8º. - Na execução orçamentária o Poder Executivo deverá obedecer aos limites constitucionais, destinados à saúde e à educação, bem como atender os limites de gastos com pessoal conforme a legislação em vigor.

Art. 9º. - Fica autorizado à contratação de operações de crédito, em conformidade com o disposto no art. 32, inciso I, da Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), condicionado à Celebração conforme instrumentos legais.



MIRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 10 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo estipulado pelas normas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 11 - Durante a execução orçamentária de **2025**, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de **2025** (art. 167, I da Constituição Federal e art. 42 da Lei Municipal nº. 0686/2024, de 05 de dezembro de 2024).

Art. 12 – Fica o Poder Executivo e Poder Legislativo Municipal autorizado a alterar os valores do anexo II da Lei Municipal nº. 0686/2024, de 05 de dezembro de 2024 em conformidade com art. 31 e anexo V da Lei Municipal nº. 0535/2021, de 09 de setembro de 2021 em conformidade com o art. 6º, por decreto ou resolução em igual importância respeitando abertura de créditos adicionais suplementares das respectivas alterações orçamentárias.

Art. 13 – O Poder Executivo Municipal e a Câmara de Vereadores poderão, por solicitação, através de ato próprio e Termo de cooperação, mediante exposição fundamentada, fazer a cessão de servidores do quadro permanente, condicionada à anuência destes, a órgãos da Administração direta ou indireta, de Municípios deste mesmo Estado e de entidades educacionais, assistenciais ou filantrópicas conveniadas com o Município de Mirador, em jornada total e/ou parcial, enquanto houver interesse público, sem vencimentos ou qualquer outro tipo de ônus para o cedente, salvo se a despesa correspondente estiver autorizada na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual e se demonstrado excepcional e relevante interesse público na cessão.

Art. 14 - Ao servidor, que vier a ser cedido nos termos do art. 13 desta lei, fica assegurada a Avaliação de Desempenho, para fins de progressão funcional, na forma prevista no Plano de Carreira, que será realizada pelo superior hierárquico do ente público ou instituição a que estiver cedido.

§ 1º - A progressão funcional será implementada:

I - para os servidores cedidos com ônus para o cedente, quando cumpridas as condições previstas no Plano de Carreira;

II – para os servidores cedidos sem ônus para o cedente, na data de retorno do servidor ao órgão ou entidade de origem do Município de Mirador, desde que cumpridas as condições previstas no Plano de Carreira.



MIRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL

§ 2º. - Constitui condição para a cessão, a continuidade das contribuições à previdência social, inclusive da quota patronal.

§ 3º. - Na hipótese da cessão sem ônus para o cedente, a contribuição previdenciária ficará a cargo do ente ou órgão de destino.

Art. 15 - O Orçamento do Município de Mirador – Estado do Paraná, para o exercício financeiro de **2025** foi elaborado e será executado nos termos das Leis Municipais nº. 0686/2024 – Lei de Diretrizes Orçamentária, de 05 de dezembro de 2024, Lei Municipal nº. 0535/2021 - Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2022 a 2025, de 09 de setembro de 2021 e as Leis Federais nº. 4.320/64 e a Lei Complementar nº. 101/2000, e demais legislações em vigor.

Art. 16 - Esta Lei entrará em vigor em **1º (primeiro) de janeiro de 2025**.

Gabinete do Prefeito, 12 de dezembro de 2024.

FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN
PREFEITO MUNICIPAL